

LINEAMENTO GERAL PARA O ESTUDO DA PUBLICAÇÃO OFICIAL NO BRASIL

FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA

Departamento de Biblioteconomia e Documentação

Universidade Federal de Santa Catarina

88000 – Florianópolis, SC

Discute a importância da publicação oficial e de seu estudo, propondo uma metodologia para o aprofundamento de seu conhecimento.

1. INTRODUÇÃO

É inquestionável, no atual cenário bibliotecário brasileiro, a preocupação com o estudo da publicação oficial, preocupação essa que passa pela constatação da ineficiência do setor público em melhorar a qualidade do formato que veicula sua mensagem, teimando em não economizar o custo de sua produção, difusão, armazenamento e utilização.

Essa ineficiência, fruto da ação caótica do Estado, que se multiplica em diversos órgãos até mesmo semelhantes em suas atribuições, vem persistindo, em que pesem as queixas e lamentos de quantos tentam intensificar a utilização das informações ali produzidas.

Apesar disso, algo de bom vem acontecendo: a crescente conscientização do bibliotecário, preocupado em pôr ordem nesses documentos. Documentos ou publicações que, por sua indefinição, levaram os bibliotecários brasileiros a adotarem e recomendarem, a partir do 1º SPOB (Seminário sobre Publicações Oficiais Brasileiras), um conceito ultrapassado e perigoso, portanto questionável, do que seja publicação oficial.

Mesmo assim, continua-se avançando e, ao final do 5º SPOB, em julho de 1983, começaram a surgir novas luzes e propostas para a correção de rumos.

É um caminho. E em reforço a essa nova expectativa é necessária a realização de todo o esforço possível, que permita os avanços desejáveis.

Nesse sentido propõe-se uma metodologia para o estudo sistematizado da publicação oficial, que, espera-se, desperte discussões entre aqueles interessados pela problemática e que, pelo debate, estejam buscando novas idéias e soluções.

2. PUBLICAÇÃO OFICIAL

2.1. Importância dos Estudos sobre Publicações Oficiais

Há longo tempo uma classe de profissionais, os bibliotecários, vem procurando discutir e sistematizar conceitos em torno de publicação oficial.

É que os bibliotecários sempre a reconheceram de grande valor social e cultural, mormente por conter atos oficiais, decisões de governo, decisões judiciais e também estender-se à transmissão de conteúdos de pesquisas aplicadas por organismos ligados ao setor público, embora pareça confusa a reunião do ato executivo, legislativo ou judiciário com resultados obtíveis em pesquisas de caráter científico.

Ocorre que todo o esforço até o momento realizado foi insuficiente para que se definisse com clareza incontestável a publicação oficial no Brasil (1).

Alguns países possuem conceitos que são mais amplos ou mais acanhados, quanto mais modernos ou mais antigos estejam em sua preocupação de adotar uma sistematização para a publicação oficial. (2)

Isso proporciona a existência de uma plethora de conceitos que ora se chocam, ora se completam, sendo alguns mais realistas e coerentes com a possibilidade de editoração do poder público.

Para tentar uma definição precisa, de uso internacional, a Unesco (3) estabeleceu conceituação defeituosa, por não prever certas particularidades, consideradas no conceito adotado na Alemanha Ocidental (4) e em parte no da Itália (5).

A conceituação, apesar de não ser tudo, se reveste da maior importância, pois é ponto inicial a partir do qual se pode realizar qualquer trabalho, se estudar os detalhes técnicos e se cuidar do processamento dos originais, distribuição, controle bibliográfico, depósito legal e criação de sistemas de bibliotecas depositárias.

Neste aspecto a Europa e os Estados Unidos têm grande destaque. A primeira porque, em vários dos seus países, existem sólidos sistemas de publicação oficial que estão em constante avaliação, e o segundo por possuir massa crítica bastante evoluída e preocupada com todas as fases do processo de editoração em órgãos e departamentos governamentais.

Numa demonstração da antiga preocupação com o fato, algumas das primeiras teses de mestrado apresentadas em escolas de Biblioteconomia dos Estados Unidos

(quando as teses naquele país eram exigência normativa para a colação de grau de Mestre) versaram sobre a temática, ainda que se preocupando com levantamentos bibliográficos ou pouco mais que isso ⁽⁶⁾).

O proveito dessas preocupações é que hoje se encontram nos Estados Unidos e em países como a Inglaterra sólidos trabalhos realizados ⁽⁷⁾ e diversas matérias publicadas a respeito, seja no *Library Trends* ⁽⁸⁾, *Aslib Proceedings* ⁽⁹⁾, ou no *Drexel Library Quarterly* ⁽¹⁰⁾, bem como notas de atualização em algumas das revistas mais representativas da Biblioteconomia no mundo, como *Library Journal* ⁽¹¹⁾, *The Australian Library Journal* ⁽¹²⁾ ou ainda em boletins de associações estaduais de bibliotecas americanas ⁽¹³⁾.

Outro fato marcante e que demonstra a extensão do interesse que o tema prova é o surgimento do periódico *Government Publications Review*, nos Estados Unidos, em 1974, especializado em publicações oficiais.

Notável, porque indica a representatividade da publicação oficial, é a existência na IFLA (International Federation of Library Association) de uma seção para o estudo e acompanhamento das publicações oficiais ⁽¹⁴⁾, e ainda o constante interesse da Unesco no estudo do assunto, através de funcionários e colaboradores do mais alto nível profissional ⁽¹⁵⁾.

Como se sabe, o volume representado pela publicação oficial hoje é de tal modo extenso que se tornam inevitáveis estudos constantes, simpósios e pesquisas internacionais, que são meios de se lhe dar a atenção devida.

O fato conseqüente de ela merecer estudos mais profundos, ao nível de teses doutorais e de mestrado, não tem sido negligenciado; antes ao contrário, vem sendo incentivado, inclusive com escolas inglesas e americanas oferecendo especialistas no assunto para orientação de seus candidatos a títulos acadêmicos de Doutor, PhD. e de Mestre que explorem a temática ⁽¹⁶⁾.

O interesse pela publicação oficial também é possível de ser explicado pelo fato de, nos últimos anos, em todo o mundo, ter crescido o poder de intervenção do Estado ⁽¹⁷⁾, fazendo aumentar o número de entidades públicas que se voltam para as atividades de pesquisa e planejamento, o que as obriga a uma corrente necessidade de publicar, proporcionando uma massa enorme de livros anualmente editados sob a rubrica de publicação oficial.

Esse fenômeno, por sua modernidade, conduz problemas ainda não delineados, apresentando para o estudioso da publicação oficial fascinantes questões, cuja amplitude varia de acordo com cada contexto que se pretenda analisar.

Assim, explicar a importância dos estudos sobre publicação oficial é mais um exercício de demonstração dos problemas do cotidiano no mundo atual, nas faces sócio-econômica e cultural.

2.2. A Importância da Publicação Oficial

A importância da publicação oficial deve ser encarada como uma decorrência do grande volume de títulos que se publica e dos assuntos que constituem o seu domínio, os quais fazem-na transformar-se em inolvidável meio de informação, comunicação e aperfeiçoamento intelectual (18).

Esses fatos tornam-na complementar à editoração privada e às vezes até substituta desta. Em países como a Suécia (19) ela tem até inibido a produção do setor empresarial privado, dado o grande leque de produtos que oferece.

Analisando-a sob o ponto de vista econômico torna-se evidente o peso de seu alto custo para os cofres públicos, ou melhor, tem sido grande o ônus sofrido pela população na sustentação desse canal de comunicação governo/povo, se bem que uma grande parte do produto editado circula em quantidades restritíssimas, de órgão para órgão.

De outro lado, tomando-se a publicação oficial como instrumento subsidiador ou transmissor de decisões governamentais, tem-se um produto de peso social altíssimo, pois ao mesmo tempo pode ser utilizado pela sociedade ou pode afetá-la.

No aspecto da utilização ela pode servir ao estudante, ao empresário e demais membros da sociedade civil, cuja atividade dependa de legislação, de resultados de pesquisas e mesmo de textos gerais, desde que patrocinados por órgãos subordinados à esfera pública.

2.3. O Estudo da Publicação Oficial no Brasil

O estudo da publicação oficial no Brasil é praticamente inexistente, e o pouco já feito está sendo realizado de forma mais sistematizada por esforço da classe bibliotecária, cuja dedicação à causa do livro oficial fez estruturar-se junto à Associação de Bibliotecários do Distrito Federal uma comissão para o estudo e acompanhamento da situação da publicação oficial brasileira.

Essa Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras (CPOB) faz realizar, a cada dois anos, um Seminário sobre Publicações Oficiais Brasileiras, cuja última edição aconteceu em Brasília de 23 a 29 de julho de 1983.

Através desse evento vem sendo promovida a publicação oficial brasileira e difundindo-se a necessidade de estudos mais profundos, contatos com autoridades que manejam a publicação oficial, apresentação de relatos sobre trabalhos empíricos na matéria, conferências de diversos especialistas nos ramos que interessam à publicação oficial, proposições de estudos e proposições de âmbito técnico e legislativo que visem criar um estado de ânimo favorável à padronização e aperfeiçoamento dos mecanismos de editoração pública.

Tudo isso é feito em caráter exploratório, funcionando mais como um termômetro da editoração pública no país, e também como um desejo de educar, ao tentar

mobilizar o administrador público para os cuidados mínimos requeridos para um trabalho de publicação coerentemente voltado para o atendimento dos objetivos de um estado moderno.

Até o momento pouco interesse foi mobilizado em torno de um estudo científico da publicação oficial brasileira.

Até agora, o trabalho maior na área, em nosso país, tem o aspecto de controle bibliográfico e foi realizado apenas sobre minúscula parcela da administração federal, correspondente aos anos de 1975/1977, 1978/1980 e 1981/1982 (Bibliografia sobre Publicações Oficiais Brasileiras; área federal).

Entre as notícias divulgadas nos meios biblioteconômicos não circula informação segura a respeito do interesse pela exploração científica do tema. Nenhum dos cinco cursos de mestrado em Biblioteconomia existentes no país possui uma linha de pesquisa que contemple o tema e, até o momento, apenas na Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais foi defendida dissertação de mestrado versando sobre a matéria (20).

Em âmbito de organismos públicos, a Fundação Instituto de Planejamento do Ceará, em setembro de 1982, por iniciativa do autor deste trabalho, à época seu bibliotecário, apresentou um projeto que esteve tramitando junto ao órgão financiador do Estado do Ceará (Fundo de Desenvolvimento do Estado do Ceará — FDC), com vista à mobilização de recursos para realizar um trabalho com características de controle bibliográfico. O projeto, infelizmente, foi atropelado pela última campanha eleitoral no Estado. A pretensão inicial do trabalho era a elaboração de um catálogo de publicações oficiais do Ceará, de 1901 a 1970.

Trabalhos dessa natureza são de incontestável validade, e sua existência concorre para uma modernização dos mecanismos de administração do País, na medida em que permitem localizar com eficiência documentação retrospectiva a respeito de qualquer tema cujos textos tenham merecido a editoração pública. São trabalhos que permitem ao planejador melhores meios para desempenhar sua tarefa e dão aos governantes e pesquisadores segurança quanto às decisões tomadas e resultados obtidos.

Mas, além desses trabalhos, outros de natureza científica merecem ser implementados e linhas de pesquisas serem criadas para a análise mais aprofundada da editoração pública.

3. PROJETO: PUBLICAÇÃO OFICIAL BRASILEIRA — UMA TENTATIVA DE CONHECIMENTO DA SITUAÇÃO

Publicação oficial é toda aquela que emana de órgãos do poder público ou é por eles patrocinada? Estende-se de atos legais até poesias, romances?

Estas são questões que se formulam há muito tempo. E, como foi dito antes, não se encontra uma definição uniforme em termos universais, ou mesmo para um grupo de países.

Por isso, como conceito de trabalho, este projeto adota aquele atualmente aceito no Brasil ⁽²¹⁾, que define a publicação oficial sob uma ótica muito larga e, por isso mesmo, carente de reestudo.

Em trabalho que apresentou durante o 4º Seminário sobre Publicações Oficiais Brasileiras (Brasília, 27-31 de julho de 1981), este autor defende a idéia de tal reestudo, única forma de se tentar chegar a uma compreensão mais precisa da matéria ⁽²²⁾.

Embora com uma conceituação de tal amplitude, que de algum modo não se adequa a algumas situações hoje presentes no cenário editorial de órgãos e departamentos governamentais brasileiros, impõe-se a realização de pesquisas para o conhecimento da situação geral, tanto a nível dos estados quanto ao nível do País. E isso deveria ser tarefa não apenas das associações de bibliotecários, mas dos setores de planejamento e cultura do governo, pelos dois aspectos que se ligam à problemática: 1. montagem de instrumentos que permitam um fluxo mais rápido de informação para auxiliar as tomadas de decisões; 2. preservação das fontes, face ao seu aspecto de elemento constituinte da história.

Esses dois aspectos já são preenchidos de forma diminuta e empírica. No entanto, conhecimentos sobre eles e o mercado a que atendem são, neste momento, fundamentais.

Assim, questões de altíssimo realce podem ser formuladas, e suas respostas decerto permitirão um novo dimensionamento da publicação oficial.

3.1. Justificativa da Pesquisa

A pesquisa sobre publicação oficial se justifica pela inexistência de estudos que visem ao conhecimento da editoração oficial no aspecto estrutural, em âmbito nacional e na quase totalidade dos estados.

Diagnósticos da situação inexistem, e os propósitos de realizá-los são dificultados, certamente, por alegada ausência de recursos, posto que idéias, questões e interesses de pesquisa estão sempre em emersão.

Assim, cada vez mais urge a necessidade de se estudar o problema, com ou sem o apoio governamental, para que se possa garantir para a sociedade presente e às gerações futuras o empenho de se estar fazendo o possível para difundir e preservar o que contém e o que é a publicação oficial.

3.2. Objetivos da Pesquisa

A — Geral

O objetivo de caráter geral que deverá ter a pesquisa proposta será contribuir para um melhor conhecimento da publicação oficial, através de um entendimento dos aspectos intrínsecos de sua produção e utilização.

B — Específicos

Os objetivos específicos da pesquisa são no sentido de explicar a participação da publicação oficial no universo de publicações brasileiras e entender as implicações da aplicação de uma padronização editorial para a melhoria da qualidade da editoração oficial. Esses objetivos podem ser alcançados através da:

- análise do mercado potencial da publicação oficial;
- análise do custo da produção gráfica;
- análise do potencial de utilização da publicação oficial;
- identificação das bibliotecas destinatárias das publicações oficiais e se recebem as publicações oficiais significativas para atendimento das necessidades de seus usuários;
- identificação dos assuntos veiculados pela publicação oficial;
- identificação da profundidade dos conteúdos veiculados pela publicação oficial;
- verificação junto a bibliotecários e usuários se a padronização editorial melhora a qualidade da publicação oficial em seu aspecto extrínseco (formato) e intrínseco (conteúdo);
- verificação de que a padronização editorial interfere na diminuição do custo industrial da publicação oficial;
- identificação dos meios de difusão da publicação oficial;
- identificação de níveis diferentes de elaboração editorial da publicação oficial, segundo os diferentes estágios de desenvolvimento dos estados da federação brasileira.

3.3. Pressupostos da pesquisa

O pressuposto básico da pesquisa proposta é que o conhecimento estrutural da publicação oficial é ponto fundamental para a melhoria de sua produção, distribuição, depósito, controle e utilização. Sem um conhecimento mais apurado da matéria, a tendência é o agravamento da situação, fato que não interessa ser mantido em uma sociedade que se moderniza.

Outro pressuposto é o de que o potencial de utilização da publicação oficial pode funcionar como determinante dos custos gráfico-editoriais, devendo, portanto, ser estudado em função do conteúdo, para que se evitem maiores ônus na produção e melhor satisfação no atendimento.

Pode-se pressupor também que a adoção de padronização para a publicação oficial não é apenas fator de menor custo gráfico por livro produzido, mas um mecanismo que permite mais facilidade na distribuição, depósito legal e controle da publicação, representando, por conseguinte, um passo adiante na concepção de editoração governamental.

3.4. Hipóteses da Pesquisa

Tendo em vista a conceituação de publicação oficial adotada no País e utilizada para a pesquisa e os pressupostos e propósitos pretendidos, formula-se as seguintes hipóteses:

1. a publicação oficial brasileira é bastante difusa, compondo o mesmo quadro tanto conteúdos normativos quanto memórias, coletâneas poéticas ou relatórios de pesquisas de caráter científico;

2. a produção gráfica da publicação oficial requer critérios padronizados, tendo em vista a satisfação dos aspectos *qualidade e baixo custo*;

3. a biblioteca brasileira tem um limitado acesso direto à publicação oficial, tendo em vista que os destinatários visados são os dirigentes das instituições;

4. a publicação oficial cresce em volume de participação no mercado utilizador de informação, exercendo, algumas vezes, o mesmo papel da publicação privada, permitindo que se confunda seu âmbito fundamental;

5. há uma diferença substancial entre a editoração oficial estadual dos estados ricos (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro) e dos estados pobres, tendo as publicações dos primeiros uma melhor qualidade gráfico-editorial e menor custo médio.

3.5. Material

a) Para o planejamento da pesquisa, na medida da existência de recursos já elaborados, deverão ser utilizados os seguintes materiais:

1. diretórios de organismos públicos;
2. legislação criadora de organismos públicos;
3. bibliografias de publicações oficiais;
4. catálogos individualizados ou coletivos de publicações oficiais.

Caso não existam mais materiais *in totum*, torna-se necessária uma pesquisa preliminar para levantamento de órgãos editores.

b) Para a execução da pesquisa devem ser utilizados:

1. publicações oficiais que forem selecionadas;
2. fichas pré-elaboradas, para os casos específicos;
3. questionários específicos para cada categoria de entrevistado.

3.6. Metodologia da Pesquisa

A pesquisa sobre a situação da publicação oficial brasileira deverá ser desenvolvida a partir da análise de material bibliográfico produzido dentro de condições

que correspondam ao que se denomina, no Brasil, de publicação oficial. Também deverá ocorrer um trabalho de campo, com pesquisa direta, que oferecerá informações amplas sobre o tema, em função das variáveis adiante apontadas.

3.6.1. Coleta de dados

Os dados deverão ser obtidos segundo os seguintes procedimentos:

1. análise de material impresso (publicações oficiais) para verificação dos aspectos extrínsecos, objetivando identificar a evolução da aplicação de técnicas normalizadoras;

2. análise do conteúdo para identificação da natureza e profundidade dos assuntos publicados;

3. Aplicação de questionário aos responsáveis pela geração (administrador público), elaboração (técnico), editoração, execução industrial (impressor), difusão (bibliotecário/documentalista), utilização (usuário) da publicação oficial, para a obtenção de informações que expressem seus posicionamentos com relação a essa publicação.

3.6.2. Tratamento dos dados

Os dados deverão ser tratados dentro de critérios que permitam o alcance dos objetivos em foco, podendo se dar através de:

- tabulação de dados;
- construção de gráficos.

3.6.3. Análise dos dados

A análise dos dados objetivará o alcance de explicações satisfatórias da participação da publicação oficial no conjunto da editoração nacional, bem como o entendimento das implicações que a aplicação de técnicas padronizadoras trazem em benefício de todos quantos atuam no circuito da publicação oficial.

3.7. Relação de variáveis que podem ser consideradas como essenciais para se atingir resultados satisfatórios para o conhecimento da publicação oficial brasileira:

a) Quanto ao aspecto da editoração:

1. padronização editorial;
2. criação de organismos com a atribuição de realizar a editoração oficial;
3. respeito às normas editoriais internacionalmente aceitas para publicações;
4. custo médio por página da publicação oficial, por categoria do formato, tipo de papel, impressão a cores.
5. tiragem média das edições de publicação oficial;
6. qualificação técnica das equipes responsáveis pela editoração da publicação oficial;
7. tempo médio de impressão gráfica da publicação oficial.

b) Quanto ao aspecto da comercialização:

1. facilidade de acesso da população à publicação oficial através de escritórios de vendas ou livrarias;
2. capacidade de oferta a preços acessíveis à população.

c) Quanto ao aspecto da distribuição e acesso:

1. facilidades ou dificuldades de distribuição da publicação oficial;
2. nível de utilização da publicação oficial;
3. acessibilidade da população à publicação oficial através de bibliotecas depositárias;
4. nível cultural do usuário da publicação oficial;
5. acessibilidade de bibliotecas de qualquer categoria à publicação oficial.

d) Quanto à organização e preservação da coleção:

1. nível de cumprimento do depósito legal pelos publicadores oficiais;
2. níveis de realização do controle bibliográfico da publicação oficial;
3. nível de tratamento biblioteconômico recebido pela publicação oficial nos diferentes tipos de bibliotecas;
4. acessibilidade da população à publicação oficial via bibliotecas de diferentes tipos.

e) Quanto ao conteúdo veiculado:

1. identificação dos assuntos veiculados pela publicação oficial;
2. mapeamento dos assuntos veiculados pela publicação oficial.

f) Quanto à qualidade do conteúdo veiculado:

1. nível de profundidade da informação veiculada pela publicação oficial;
2. nível de confiabilidade da informação veiculada pela publicação oficial;

Artigo recebido em 26.03.84

Abstract

General lineaments for the study the Government's Publications in Brazil.

Discusses the importance of the Government's publications and their study. Proposes a methodology for their study.

4. REFERÊNCIAS E NOTAS

1. A publicação oficial ainda é conceituada no Brasil como: "Documentos bibliográficos e não bibliográficos produzidos e/ou editados sob a responsabilidade, às expensas ou por ordem dos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, como também de entidades dotadas de personalidade jurídica própria - de qualquer forma vinculadas à

- administração pública — nos níveis federal, estadual e municipal, incluindo os territórios e o Distrito Federal.”
2. Vide os trabalhos:

GRAZIANI, A., Italian official publications. *Aslib Proceedings*, London, 26(7/8):313-19, July/Aug. 1974.

HARLESTON, R. M. & STOFFLE, C. J. History and development of government publishing and depository system. In: *Administration of government documents collections*, Littleton, Co., Libraries Unlimited, 1974.

SOUZA, F. das C. de. *Política editorial (de publicações oficiais?)* Brasília, 49 SPOB, 1981. 12 f.

WANWIJNGAERDEN, F. National official publications of Belgium. *Aslib Proceedings*, London, 26(7/8):267-73, July/Aug. 1974.

ZOLLER-PHILIPS, G. Official publications of the German Federal Republic. *Aslib Proceedings*, London, 26(7/8) 296-303, July/Aug. 1974.
 3. Vide conceito na publicação:

MEYRIAT, Jean — ed. *Études des bibliographies courantes des publications officielles nationales*. Paris, Unesco, 1958.
 4. ZOLLER-PHILIPS, G. *Op. cit.*
 5. GRAZIANI, A. *Op. cit.*
 6. Pode-se ver, por exemplo:

GILMORE, S. C. *The official publications of Nebraska*. University of Illinois. Graduate School of Library Science, 1935 (Tese de Mestrado).

KRUEGER, R. C. *South Dakota State publications*. University of Illinois. Graduate School of Library Science, 1936 (Tese de Mestrado).

LLOYD, D. G. *Official publications of Florida, 1821-1941*. University of Illinois. Graduate School of Library Science, 1943 (Tese de Mestrado).

MATHEWS, J. P. A *bibliographical study of Arkansas State publications*. University of Illinois. Graduate School of Library Science, 1933. (Tese de Mestrado).

SAYLOR, C. E. *Official publications of the State of Missouri*. University of Illinois. Graduate School of Library Science, 1941. (Tese de Mestrado).
 7. O periódico *The Journal of Academic Librarianship*, dentre outros, vem se dedicando à divulgação dos novos títulos lançados sobre o assunto. Os cinco primeiros números de 1983 arrolaram:

BUTCHER, D. *Official publications in Britain*. London, Bingley, 1983. 161 p.

DIMITROV, T. D. — ed. *World bibliography of international documentation*. Pleasantville, N. Y., Unifo, 1981. 2 v.

HELM, L. M. et alii. *Informing the people: a public affairs handbook*. N. Y., Longman, 1981. 345 p.

HERNON, P. *Microforms and government information*. Westport, C. T., Microform Review, 1981. 287 p.

—ed. *Collection development and public access of government documents: proceedings of the First Annual Library Government Documents and Information Conference*. Westport, C. T. Meckler, 1982. 160 p.

& PURCELL, G. R. *Developing collections of U. S. government publications*. Greenwich, C. T., JAI Press, 1983. 289 p.

JEFFRIES, J. A *guide to the official publications of the European communities*. 2d ed. London Mansell, 1981. 318 p.

LANE, M. T. *State publications and depository libraries: a reference handbook*. Westport, C. T., Greenwood, 1981. 574 p.

LAUNDY, P. *Parliamentary librarianship in the Englishspeaking world*. London, Library Association, 1980. 154 p.

LONDOS, E. G. *AV Health: current publications of the United States government*. Metuchen, N. J., Scarecrow, 1982. 240 p.

MOREHEAD, J. *Introduction to United States public documents*. 3d ed. Littleton, Co., Libraries Unlimited, 1983. 309 p.

- NEWSOME, W. L. **Government reference books 80/81: a biennial guide to U. S. government publications.** Littleton, Co., Libraries Unlimited, 1982. 431 p.
- PEMBERTON, J. E. — ed. **The bibliographic control of official publications.** Elmsford, N. Y., Pergamon, 1982. 172 p.
- RICHARD, S. — comp. **Directory of British official publications: a guide to sources.** Bronx, N. Y., Mansell, 1981. 360 p.
- WALKER, G. — ed. **Official publications of the Soviet Union and Eastern Europe 1945-1980: a select annotated bibliography.** London, Mansell, 1982. 620 p.
8. O fascículo 1 do volume 15, publicado em julho de 1966, sob a responsabilidade de Thomas Shuler Shaw, foi dedicado às "Federal, State and Local Government Publications". V. Também: DALTON, Phyllis I. et alii. Government and foundation publishing. *Library Trends*, Champaign, 11., 7(1): 116-33, July 1958.
 9. O fascículo com numeração dupla 7/8 do volume 26, publicado em julho/agosto de 1974, sob a responsabilidade de John E. Pemberton, foi dedicado às "European official publications".
 10. O fascículo com numeração dupla 1/2 do volume 10, publicado em janeiro/abril de 1974, sob a responsabilidade de Clifford P. Crowers, foi dedicado às "Policies and practices in the bibliographic control of United States government publications".
 11. Vide, por exemplo:
TITLE 44 due house review. *Library Journal*, N. York, 105(6): 662-64, Mar. 15, 1980.
 12. Vide as seções:
Government publications (v. 13/19)
Government publications grapevine (v. 24, n. 9/10 e ss.)
 13. Vide, por exemplo:
KOPISCHKE, J. State document depositories; Wisconsin outlines a new approach. *Wisconsin Library B.*, Madison, WI, 70(3): 131-33, May/june, 1974.
 14. Vide, por exemplo:
IFLA JOURNAL. München. V. 6, n. 2, p. 196. May 1980, onde está relatado um dos trabalhos desenvolvidos por essa seção.
 15. Um exemplo é Jean Meyriat, que escreveu o livro citado na nota 3, acima.
 16. Vide, por exemplo:
BHAKDIBUTR, C. **Bibliographic control of government publications in Thailand.** Ann Arbor, MI, University Microforms International, 1979. 183 p. (tese de PhD — Texas Woman's University).
 - DOLAN, M. E. **A study of free distribution of Canadian federal government publications to depository libraries in Canada.** Columbia. Orientador: Richard L. Darling.
 - IKEM, J. E. **Organization, management, and acessibility to government publications in Nigerian university libraries.** Loughborough, Loughborough University of Technology, 1979. 187 p. (Tese de Mestrado).
 - SHELDON, P. **The effect of bibliographic instruction on awareness of, use of, and satisfaction with a government documents collection in a university library.** Michigan. Orientador: Raymond E. Ourance.
 17. No Brasil, por exemplo, a revista semanal *Visão* vem sistematicamente mostrando esse avassalador crescimento do setor estatal da economia, através de judiciosos trabalhos de pensadores liberais.
 18. Uma posição interessante a respeito do papel da publicação oficial poderá ser vista no artigo:
CHERNS, J. Government publishing: an overview. *IFLA Journal*, München, 4(4): 351-59, 1978.
 19. Vide a respeito:
CHERNS, J. *Op. cit.*
 20. SOUZA, F. das C. de. **Publicações oficiais do Estado do Ceará; centralização administrativa.** Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Biblioteconomia, 1982. 141 p. (Tese de Mestrado).

21. Vide nota 1 acima.
22. Vide:
SOUZA, F. das C. de. Política editorial (de publicação oficial?).
23. SEMINÁRIO SOBRE PUBLICAÇÕES OFICIAIS BRASILEIRAS, 5., Brasília, DF, 1983.
5º Seminário sobre publicações oficiais brasileiras; conclusões. Brasília, ABDF/
EMBRAPA, 1983. 8 p.